

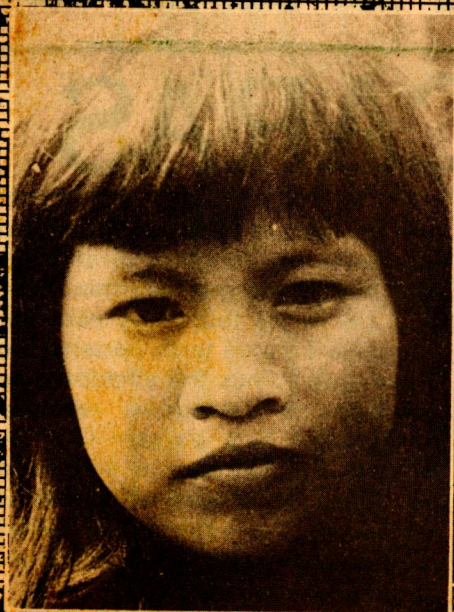
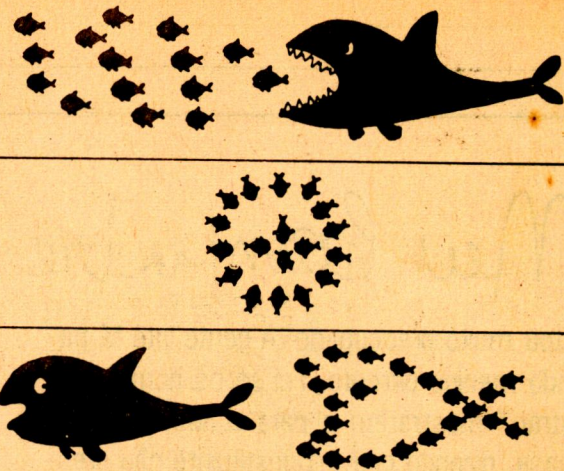
tempos novos

ANO VI

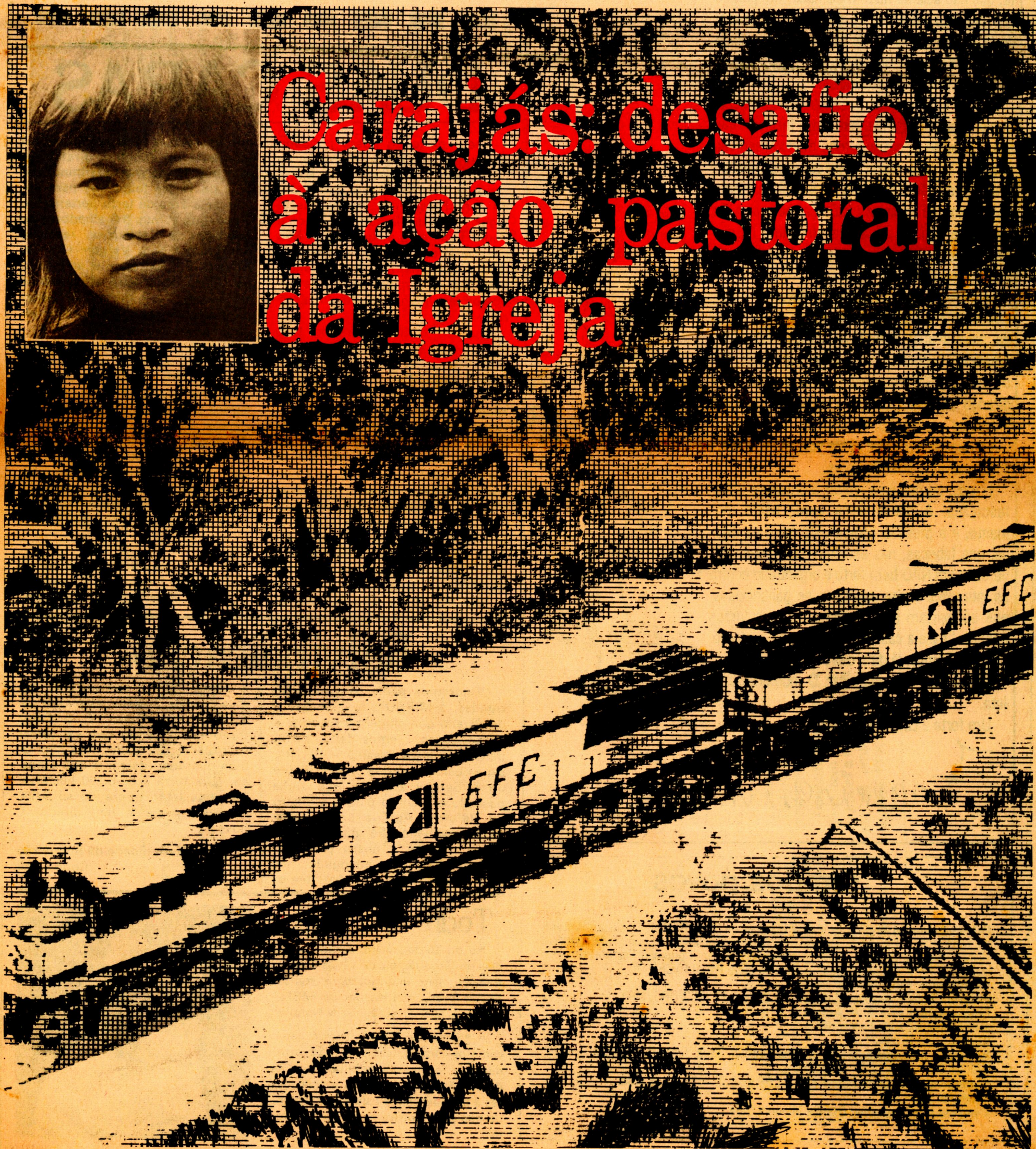
Nº 39

JANEIRO E FEVEREIRO DE 1988

Cz\$ 6,00



Carajás: desafio à ação pastoral da Igreja



Meu Compadre Zeé

Estou muito preocupado. A gente inté tá parecendo menino birrento. Foi só os homens do "Centrão" mostrarem a cara e nós voltamos pra casa, dizendo que a Constituinte não presta, que não adianta fazer mais nada. Até parece que desde o início não se sabia que o pessoal do "Centrão" tava lá, de tocaia, só esperando o momento certo de aparecer e jogar o bote contra as propostas populares.

Se a gente na rua, fazendo manifestação, greve, passeata, eles estavam fazendo das suas, imagine agora que todo mundo resolveu ficar em casa e deixar o barco correr. Desse jeito não dá não compadre. Ou a gente enfrenta os homens ou as coisas vão ficar bem pior. Tá certo que não dá pra acatar nenhuma lei que não respeite as necessidades e a vontade do povo trabalhador.

O "Centrão", "Centrinho", governo, UDR, BE e uma poção de gente está jogando peso para acabar com o pouco que ficou das emendas populares no projeto feito pela Comissão de Sistematização. Isso a gente vem dizendo há muito tempo. Precisamos agora é enfrentar a situação. Pressionar os constituintes e denunciar os que estão votando contra os interesses dos trabalhadores.

E mais do que isso, voltar a organizar manifestações. A nossa única arma, neste momento, é a pressão popular. Na roça, na cidade, nas fábricas, nas escolas, todo mundo deve dizer um NÃO bem forte e organizado contra as intenções dessa cambada de gananciosos, que só pensam em aumentar os seus lucros e juntar "casa a casa e terra a terra..." como, há muito tempo, já dizia o profeta Isaias.

Não é hora de desaminar. O momento é de luta.

Um forte e caloroso abraço.

Francisquinho



tempos novos

Publicação mensal das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Escritório Regional da Cáritas, Conselho Indigenista Missionário (CIM), Pastoral da Mulher, Comissão Justiça e Paz, Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP) e Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR).

Coordenador: Padre Marcos Passerini

Redator-Chefe: Francisco Gonçalves da Conceição (753/DRT/MA)

Diagramação: Iramir Alves Araújo

Administração: Alda Fernandes

Revisão: Clea Gomes

Redação e Administração: Arcebispo de São Luís, Praça Dom Pedro II, s/no., CEP 65.000 - São Luís - Maranhão.

Correspondência: Caixa Postal 713 - CEP 65.000 - São Luís - MA

Telefone: 222-4243

Composição e Impressão: Gráfica Minerva Ltda.

Este espaço é reservado às cartas dos leitores. TEMPOS NOVOS irá publicar somente as cartas assinadas. A redação se reserva o direito de reduzir as cartas muito compridas.

DUAS CARAS

"Aqui perto do nosso povoado tem uma localidade chamada de "Campinho", pertencente ao município de Nina Rodrigues extremado com Presidente Vargas. Neste lugar, mora um lavrador por nome Pedro Félix com a sua família. São proprietários do terreno onde residem e trabalham há muitos anos. Eles têm os papéis, pagam os impostos legalmente e cultivam a terra.

Mas aí, o Sr. Belarmino Luís Pessoa de Melo, pernambucano, proprietário da fazenda Salgador, depois de muitas pressões dirigiu uma comitiva para demarcar o terreno daquela família. Os moradores não concordaram. Isto levou-as a uma audiência, com o Juiz, em Vargem Grande. Foi aí que o mais surpreendente aconteceu: o advogado do fazendeiro era o Dr. Benedito, advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapecuru-Mirim. Depois que algumas pessoas da Igreja conversaram com ele, o mesmo alegou que não sabia que Félix era lavrador.

Mas no dia 30 de setembro do

ano passado, a cena repetiu-se, só que desta vez atingindo diretamente a nós. O mesmo Belarmino, depois de várias tentativas para demarcar a área de terra pertencente a nós, que somos trabalhadores do povoado de Caldeirões, resolveu nos intimar para Vargem Grande. Novamente apareceu o advogado de defesa do grileiro acusando os lavradores. Era o mesmo Dr. Benedito, o que nos fez desacreditar totalmente neste cidadão.

E como sabemos que ele é candidato a prefeito de Itapecuru-Mirim em 1988, considerando a corrente que nos liga a todos nós, que somos trabalhadores, jamais poderíamos deixar alguém desinformado destes acontecimentos. O trabalhador tem todo o direito de ser bem informado sobre os seus interesses, principalmente na hora da escolha dos seus representantes,

As nossas saudações em Cristo".

José Almeida dos Santos
Delegado Sindical de Cardeirões
Presidente Vargas - MA.

Reivindicação

"Queremos pedir para as autoridades, o MIRAD e o Governador do Estado que ajudem a resolver o nosso caso. Temos feito várias denúncias para Brasília - DF. Recebemos duas cartas do Presidente José Sarney dizendo que tinha passado o assunto para o Ministro da Reforma Agrária e até agora nada resolvido. Se não fosse a nossa diocese e nossa paróquia, através do nosso advogado, nós não morava mais aqui. Nós temos

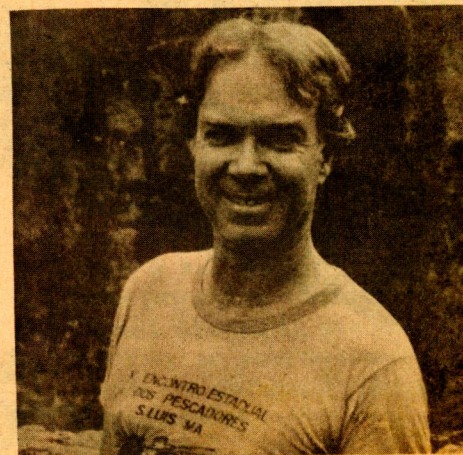
o nosso projeto comunitário. Temos abacate, banana, abacaxi e um mangal maravilhoso. E o Costa Pinto está dizendo que vai cercar tudo para criar gado. Nós não estamos querendo deixar o que é nosso. Esta terra é de 6.200 hectares. Mas nós temos querendo só 3.600 hectares. A gente tem direito. É nosso".

Comunidade de Buqueirão
Codó - MA

Todd

No dia 10 de janeiro, gozando cinco dias de férias depois de vários anos de trabalho sem interrupção, o companheiro Todd, coordenador da FASE - São Luís, faleceu nas águas de Fortaleza.

A equipe do Tempos Novos, assim como os companheiros da FASE, acredita que "o que foi dado por Todd se desenvolverá no meio dos trabalhadores e permanecerá a contribuir na grande luta pela transformação da sociedade".



A SERVIÇO DA VERDADE, DA JUSTIÇA E DA VIDA

O Conselho Permanente da CNBB, em sua 19ª reunião ordinária, analisando a conjuntura penosa que o Brasil atravessa, deseja reafirmar sua esperança no processo democrático e na atuação da Assembléia Nacional Constituinte.

A Igreja, de há muito, assumiu posições públicas e notórias em favor das transformações indispensáveis para a consolidação de uma democracia amplamente participativa na qual todos, especialmente os pobres e humilhados, tenham os seus direitos respeitados e possam viver uma vida compatível com sua dignidade de filhos de Deus.

A elaboração da nova Constituição é o momento privilegiado para a criação de instrumentos jurídicos que abram caminhos para esse amplo processo participativo e transformador, o que só será possível se os constituintes colocarem os interesses da Nação e o bem do povo acima dos seus interesses pessoais e de grupos ou blocos.

Conscientes de que nenhuma transformação social é sólida e duradoura se não fundada em grandes valores morais e religiosos, a Igreja lutou pela defesa da vida contra os abortistas, pela defesa da família contra os divorcistas, pela liberdade de ensino contra o laicismo estatizante, pela defesa de uma autêntica Reforma Agrária e justa distribuição do solo urbano, pela defesa dos

direitos dos trabalhadores contra as discriminações, pela liberdade da atuação dos missionários, pela defesa de todos os oprimidos contra os interesses de privilegiados e corruptos.

Foi o instante para que se levantasse contra ela uma reação surpreendente num momento em que se pretende abrir espaços para o pluralismo democrático.

Acusada de trair a soberania nacional, a Igreja foi caluniada, usando-se para isso de documentos forjados, e foi surpreendida pela divulgação de textos, onde sua atuação pastoral é distorcida como ingerência indevida nas responsabilidades do Estado.

Quanto à sua ação pastoral em favor das populações e regiões mais carentes, queremos lembrar, neste ano de seca, o que dissemos em 1983 no documento sobre a realidade do Nordeste brasileiro: "O problema do Nordeste não é só a falta de água, de chuva ou a 'seca'". Não é uma questão apenas climática, mas sim, uma questão política. Constatamos, infelizmente que, quatro anos depois, praticamente nada mudou no que diz respeito à grave situação do Nordeste.

Recordamos também que a Igreja tem repetidamente insistido

Recordamos também que a Igreja tem repetidamente insistido sobre a urgência e a abrangência de uma autêntica Reforma Agrária. Prova dessa urgência é a

multiplicação dos acampamentos e ocupações por parte dos agricultores sem terra. A doutrina católica não é contra a propriedade, mas sim a favor de que ela seja estendida a todos. Esta posição da Igreja é radicalmente diversa da posição de pessoas e organizações como a UDR (União Democrática Ruralista), que defendem como direito absoluto uma escandalosa concentração de terra pela apropriação de grandes latifúndios, excluindo assim do acesso à propriedade da terra aqueles que querem dela viver e nela trabalhar. Estando essa atitude em clara oposição aos ensinamentos sociais da Igreja, alertamos os cristãos a que não participem dessas entidades que, além do mais, vêm atacando sistematicamente trabalhadores rurais e religiosos e obstruindo o caminho da democratização da sociedade brasileira.

Quanto à ação missionária da Igreja, reafirmamos o seu compromisso de apoiar e defender a vida em plenitude, particularmente a vida ameaçada dos povos indígenas. A eles renovamos a nossa solidariedade, na defesa intransigente dos seus direitos. Alertamos para os perigos de uma integração forçada na sociedade majoritária, onde fatalmente se encontrarão em condições de inferioridade, e estimulamos as comunidades indígenas a se organizarem sempre melhor.

Aos missionários junto aos povos indígenas, todos integrantes do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) - Bispos, sacerdotes, religiosos e leigos -, e a seus organismos de assessoria e animação, em nível nacional e regional, manifestamos nossa admiração e apoio, incentivando-os,

em nome de Jesus Cristo Libertador, a que não desanimem e não se deixem intimidar, pois assim como O perseguiram, também agora perseguem a Igreja missionária (Cf. Jo 15,20).

Especialmente a nosso irmão no Episcopado, Dom Aldo Mongiano, Bispo de Roraima, alvo de calúnias absurdas, lamentavelmente endossadas em documentos do Conselho de Segurança Nacional, queremos expressar nosso fraterno apoio, lembrando que o próprio Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, órgão oficial do Ministério da Justiça, já o isentou de todas as acusações reiteradamente feitas: "Afasto, pois, em relação à Diocese de Roraima qualquer outra inspiração que não a motivação aqui exposta de evangelização", são os termos do relatório.

Apesar deste reconhecimento, permanecem expulsos os missionários arbitrariamente retirados do convívio das comunidades indígenas a que serviam.

A toda sociedade, em especial aos pobres da nossa terra, pedimos que não se deixem influenciar pela campanha contra os povos indígenas e a Igreja e mantenham o espírito de Jesus Cristo que nos faz irmãos. Pedimos, ainda, que em nome desta fraternidade assumam gestos concretos de apoio aos irmãos índios.

Os que lutam contra a atuação transformadora da Igreja não percebem, infelizmente, que caminham contra a história. Todos os povos que hoje atingiram níveis de decência democrática tiveram que enfrentar as tentativas de obstrução de seus esforços emancipadores. Nos países onde os canais democráticos foram

abertos, esta emancipação se fez por via pacífica; onde eles foram obstruídos, ela se fez pela violência revolucionária. Tentar repetir esta última experiência no Brasil é caminhar para uma insensatez absolutamente inútil e perigosa.

A Igreja lastima a distorção maliciosa de suas intenções. Consciente de suas humanas limitações, procura empenhar-se sinceramente, mesmo se através de métodos e de estilos diferentes, na promoção das justas

transformações que preparam um Brasil digno e saudável. Seu empenho não se alimenta em pretensões de prestígio ou de poder, nem se inspira em ideologias, mas se funda na sua fé em Deus, na sua fidelidade ao Evangelho e no reconhecimento da dignidade da pessoa humana e do valor de uma convivência social fraterna.

Brasília-DF., 27 de novembro de 1987

Presidência da CNBB

Dom Luciano Mendes de Almeida, presidente, bispo auxiliar de São Paulo (Belém)

Dom Paulo Eduardo Andrade Ponte, vice-presidente, arcebispo de São Luís, Maranhão.

Dom Antonio Celso Queiroz, secretário-geral, bispo auxiliar de São Paulo (Ipiranga)

Comissão Episcopal de Pastoral (CEP)

Dom Marcelo Pinto Carvalheira, Linha-1, bispo de Guarabira, Paraíba, Dom Jaime Chemello, Linha-1, bispo de Pelotas, Rio Grande do Sul.

Dom Vicente Joaquim Zico, Linha-2, arcebispo coadjutor de Belém, Pará.

Dom Vital Wilderink, Linha-3, bispo de Itaguaí, Rio de Janeiro.

Dom Clemente José Carlos Isnard, Linha-4, bispo de Nova Friburgo, Rio de Janeiro.

Dom Aloísio Sinésio Bohn, Linha-5, bispo de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul.

Dom Affonso Felipe Gregory, Linha-6, bispo de Imperatriz, Maranhão.

Dom Serafim Fernandes de Araújo, Linha-6, arcebispo de Belo Horizonte, Minas Gerais.

Delegados Regionais da CNBB

Dom Moacyr Grecchi, Norte-1, bispo de Rio Branco, Acre.

Dom José Elias Chaves, Norte-2, bispo prelado de Cametá, Pará.

Dom Aloísio Lorscheider, Nordeste-1, cardeal arcebispo de Fortaleza, Ceará.

Dom Heitor de Araújo Sales, Nordeste-2, bispo de Caicó, Rio Grande do Norte.

Dom Paulo Lopes de Faria, Nordeste-3, bispo de Itabuna, Bahia.

Dom Miguel Fenelon Câmara, Nordeste-4, arcebispo de Teresina, Piauí.

Dom Eugênio de Araújo Sales, Leste-1, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro.

Dom Arnaldo Ribeiro, Leste-2, bispo auxiliar de Belo Horizonte, Minas Gerais.

Dom Paulo Evaristo Arns, Sul-1, cardeal arcebispo de São Paulo.

Dom Pedro Antonio Fedalto, Sul-2, arcebispo de Curitiba, Paraná.

Dom José Ivo Lorscheiter, Sul-3, bispo de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Dom Tito Buss, Sul-4, bispo de Rio do Sul, Santa Catarina.

Dom Vitor Tielbeek, Centro-oeste, bispo de Formosa, Goiás.

Dom Vitorino Pavanello, Oeste-1, arcebispo de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Dom Máximo André Biennes, Oeste-2, bispo de São Luiz de Cáceres, Mato Grosso.

Milton Soares



CNBB alerta cristãos contra UDR!

Nos dias 24 a 27 de Novembro esteve reunido o CONSELHO PERMANENTE DA CNBB, do qual fazem parte três cardeais, sete arcebispos e 16 bispos da Presidência da CNBB, da Comissão Episcopal de Pastoral e delegados de 15 Regionais da CNBB. O Conselho Permanente é a instância mais importante dos bispos do Brasil depois da Assembléia Geral.

Nesta reunião, os bispos do Brasil analisaram a conjuntura, os ataques à Igreja, a postura da UDR e outras entidades anti-populares e dirigiram uma nota pública a todo o povo brasileiro com o título "A SERVIÇO DA VERDADE, DA JUSTIÇA E DA VIDA".

A Comissão Pastoral da Terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra entendem que é muito importante que todos os nossos companheiros lavradores tomem conhecimento e discutam esse importante documento da Igreja Católica do Brasil. Por isso, estamos divulgando um resumo deste documento, chamando a sua atenção para a condenação que os bispos fazem à diabólica UDR. Pedimos que leiam, discutam e mostrem ao maior número possível de pessoas.



Animação dos Cristãos no Meio Rural

Missão, desafios e prioridades

Nós últimos anos, muito se tem falado da Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR). O número de pessoas interessadas em conhecer este movimento cresceu. O motivo, sem dúvida, deve-se ao fato da ACR, corajosamente, assumir o seu "compromisso de anunciar através da palavra de vida, o REINO DE DEUS aos trabalhadores rurais e ajudá-los a serem fermento deste dentro da sua classe". Para nos explicar o que é e a que se propõe a ACR, o Tempos novos convidou o companheiro Raimundo Santos Silva, Secretário Regional do movimento para os estados do Maranhão e Piauí.

A que se propõe a ACR?

A conscientizar os trabalhadores rurais na luta pelos seus direitos no sindicato, na política, na luta pela terra e em suas organizações, tais como cooperativas e sociedades beneficentes, com base no Evangelho de Jesus Cristo.

Qual a sua origem?

No Concílio Vaticano II, em 1964, Dom Helder Câmara, Arcebispo de Recife e Olinda, encontrou-se com Padre Servat e o convidou para vim trabalhar no Brasil. O mesmo aceitou na condição de fundar um movimento com trabalhadores, de modo especial com o camponês. Como a situação do Brasil na época era de muitas perseguições contra o trabalhador, Dom Helder Câmara

aceitou e apoia o movimento até hoje.

Como a ACR está organizada no Maranhão?

A ACR está organizada em diversas diócesis e paróquias do Maranhão. Tem equipes em vários níveis: estadual, diocesanas, municipais ou paroquiais e de base, tanto de adultos como de jovens rurais. Existem até agora duas secretarias funcionando em Bacabal a serviço do Maranhão e Piauí. Uma de jovens e outra de adultos. Na região do Munin funciona um ponto de informação, ou seja de apoio, com sede na cidade de Morros. Também em Viana existe um ponto de informação, que funciona em conjunto com a CUT Regional e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A ACR está organizada nas diócesis de Bacabal, Coroatá, Viana e São Luís. Possui contatos em Pinheiro, Grajaú, Cândido Mendes e Balsas.

Como participa da luta dos trabalhadores rurais?

Como fermento na massa: evangelizando, conscientizando, com a sua presença no meio dos injustiçados, orientando-os a assumirem os seus compromissos de cristãos, denunciando as injustiças às autoridades competentes e ajudando na organização dos oprimidos.

Como a ACR se articula com a CPT, CEB's e dióceses?

Através de encontros, assembléias e trocas de informações. E, tam-



bém, através do planejamento de ações comuns e presença nos conflitos.

Para 1988, quais são as prioridades da ACR?

Conscientizar o trabalhador sobre a situação política social e econômica, a fim de que os mesmos assumam suas responsabilidades na família, na comunidade e nas organizações populares, assim como a defesa dos seus direitos.

Quem tiver interessado em conhecer a ACR deve procurar maiores informações aonde?

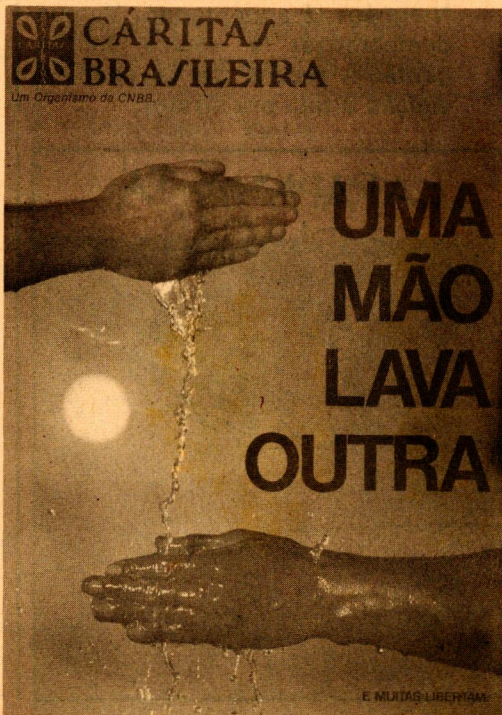
- Secretaria Nacional.
Rua do Giriquiti, 48 - Recife-PE.
- Secretaria Regional Nordeste IV - Caixa Postal 03 Bacabal - MA - Fone: 621-2276
- Secretaria Estadual Piauí
Rua Európides de Aguiar, s/nº
Água Branca - PI

Conta
cáritas

Uma mão lava outra. E muitas libertam. Participe você também do esforço que faz a Igreja no Brasil, para socorrer milhares de brasileiros que vivem em situações de emergência. A emergência da fome, do desemprego, da luta pela terra, de luta pela vida.

Junte-se a nós. E dê a sua contribuição depositando, sempre que puder, qualquer valor, para:

Conta Cáritas - Nº 66.000-0
Banco Bradesco - Agência:
484-7
Brasília-DF



Campanha da Fraternidade/88

Ouvi o clamor
deste povo

Em 1988, comemora-se o centenário da abolição legal do trabalho escravo no Brasil. Nessa ocasião, o tema da presença do negro na sociedade brasileira será objeto de reflexão e análise. A Igreja também se dispõe a abordar esse tema que, por razões históricas, se tornou complexo e polêmico.

O tema da Campanha da Fraternidade/88, "A Fraternidade e o Negro", convoca-nos para ouvir "o clamor deste povo" por justiça. Mas a situação de marginalização em que se encontra a comunidade negra, por mais séria que seja, faz parte de um todo social e não pode ser tratada de modo isolado.

A situação do negro no Brasil é consequência de algo muito mais amplo, profundo e complexo. Por isso, o tema da Campanha da Fraternidade deve ser trabalhado como eixo gerador e motivador da luta pela evangélica transformação da estrutura social injusta existente no nosso País.

A partir da comunidade negra, o Senhor deseja, também, que se faça justiça para com os empobrecidos, construindo com eles uma sociedade nova segundo seu plano de amor. Por isso, vamos arregaçar as mangas e organizar a Campanha da Fraternidade "OUVI O CLAMOR DESTE POVO" nas nossas comunidades.



CARAPANÃ

• Carapanã tá de luto outra vez. Desta vez quem morreu foi o nosso companheiro Todd Robinson Brem, coordenador da FASE-São Luís. Gente da gente. Trabalhava com os metalúrgicos e ferroviários. A pelegada, que não tem base, tá morrendo de medo de perder a mamata.



• A luta continua. Gente boa não morre, continua presente na caminhada e na luta do trabalhador. Quem não se lembra de Josimo, Nonatinho, Zizi e muitos outros companheiros que continuam em nossa memória nos lembrando que não há bala nem açoite que cale a boca da história?

• Carapanã tá desafiando qualquer um. Depois de encher o saco em 87, não quer mais ficar de boca fechada. Vai abrir o bocão pra todo mundo ouvir. Macaco que anda em galho alheio que se cuide. Agora, em 88 Carapanã fez um juramento: "escreveu não leu, o pau comeu".

• Nas suas caminhadas pelo "bendito" interior do Estado, Carapanã parou lá pelas bandas do Bequimão e descobriu que o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais não tá aceitando a sindicalização das mulheres. Eta machismo desavergonhado! Será que esse presidente não sabe que o tempo de mulher ficar só na cozinha já passou? É bom lembrar seu moço.

• Tem político que não tem vergonha mesmo. É só chegar tempo de eleição e os bandidos vestem fantasia de mocinho e vão de arma em punho à caça de votos. Carapanã ficou sabendo o que em Santa Inês os "bonzinhos" estão fazendo, criando união de moradores pra tudo que é lado. Adivinhem pra quê: é isso aí, só pra ganhar voto dos pobres.

• A balança da justiça quebrou "de velha". Carapanã veio descansar na cidade e ficou de queixo caído. Né que ele ficou sabendo que invasão de rico polícia não derruba e que quem resolve o caso é o Procurador da República. E pros ricos ganharem tempo o processo fica passando de um lado para o outro e

nada acontece. Mas se fosse meia-dúzia de pobres, a polícia já tava lá desde cedo derrubando tudo, batendo em gente e até matando.

• O "grilo chique" continua em pé e nada acontece. Só sai nota no jornal, providência que é "bom" necas de catibiribas". Enquanto isso, os grandes de Vitória do Mearim, no povoado Melancia, tão doidinhos pelas terras de cinco famílias que nasceram e se criaram lá. Só que Carapanã se fez de detetive e descobriu os nomes dos grandes, João Abreu, família Maciel e Timba. E agora Jo...? - êpa Cafeteira? Será que o Procurador tá nessa? Carapanã tá esperando a solução... sentado.

• O que tô querendo mesmo é reunir os meus parentes e companheiros de tudo quanto é parte do Maranhão e ir dá umas ferroadas lá nos constituintes em Brasília. Prometeram conversa fiada pro povo e se venderam a preço de trinta dinheiros para os poderosos.

• Tô sabendo que as mutretagens do Centrão receberam o apoio direto das forças armadas. Usaram os aviões da FAB para ir de estado em estado pegando as assinaturas dos deputados e senadores para as emendas do Centrão. Teve gente que vendeu caro a sua assinatura.

• E tem mais minha gente. Vocês tão lembrados do caso daquele Coronel nos Estados Unidos que vendeu pro Irã e depois deu o dinheiro pra um grupo de soldados lutar contra o governo da Nicarágua? Pois fiquem sabendo que uma parte desse dinheiro veio pro Brasil. Graças a ele, Delfin Neto, Amaral Neto e outros conseguiram se eleger. Tão vendo como eles são bens unidos. Cambada de...

• "Filho de peixe, peixinho é" diz o ditado popular. Se em Brasília tá daquele jeito, imaginem em Santa Rita. O prefeito não tá

querendo distribuir a merenda escolar para quem precisa. Tô sabendo que tem dia que nem na escola a merenda aparece. Agora na casa dos cabos eleitorais e em certas quitandas dizem que não falta.

• E aí governador quando o senhor vai aparecer na Raposa pra ver como estão fazendo o cais? Os pescadores estão reclamando. Desse jeito não dá não. Serviço mal feito não serve nem pra propaganda. Ou o senhor já esqueceu da ponte que Luiz Rocha foi inaugurar? Acabou a inauguração e a bichinha caiu bonito que foi uma beleza.

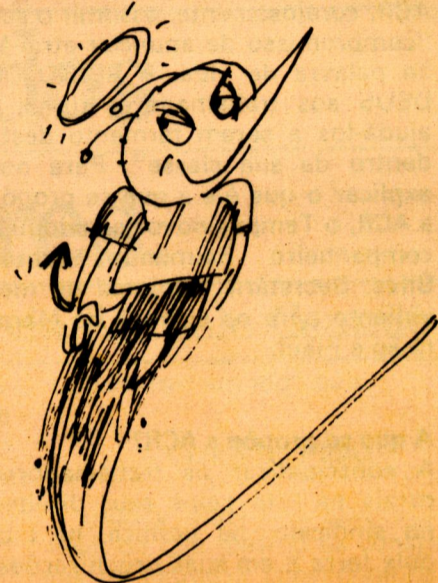
• Tem gente que não presta mesmo. O prefeito de Bom Jardim anda tirando comida da boca de mulheres paridas e crianças. As mães matriculadas no INAN não tão recebendo os alimentos como deveriam. Cadê a fiscalização? Vamos deixar de bandalheira? Carapanã tá de olho.

• A pior coisa é traidor. Tá um bicho que não presta. E pelego é pior ainda. Carapanã tá sabendo que o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vargem Grande só quer encher a barriga. Agora deu pra cobrar Cz\$ 300,00 por uma matrícula sindical. Deixa disto rapaz, se tu quer enriquecer vai pra caixa-prego e deixa o sindicato.

• Em Fortuna o zelador do cemitério, com o apoio do prefeito, tá querendo botar os defuntos pra trabalhar. Plantou bem dentro do cemitério uma roça de arroz e mandioca. Só tô querendo saber pra quem ele vai vender...

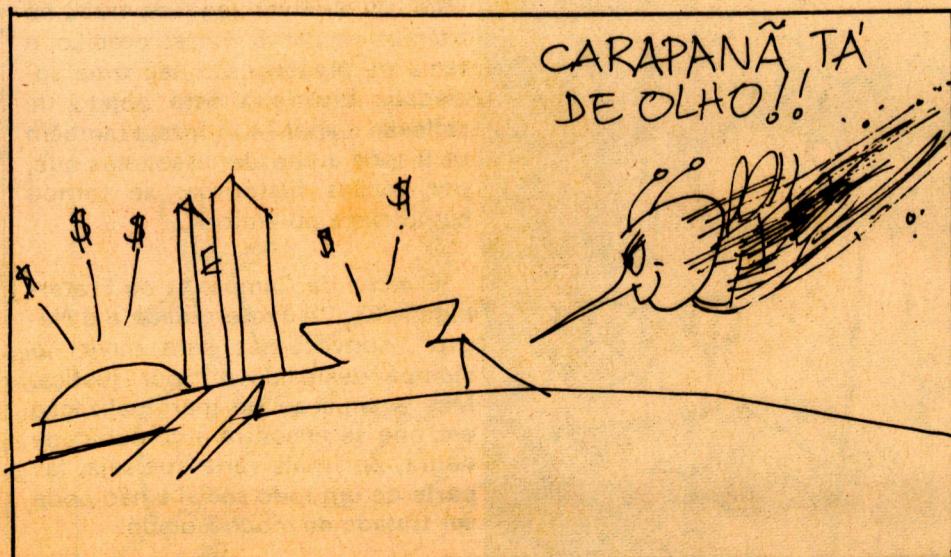
• Esses milicos não aprendem mesmos... Tem um lá em Godofredo Viana que só vive aprontando. Implantou um clima de terror na escola onde é diretor. Ninguém tá aguentando. Vamos democratizar a escola minha gente. A receita do Carapanã é eleição direta pra diretor.

• Pra variar a UDR fez mais uma festa. Desta vez foi pra comemorar o nascimento da UDRzinha de Santa Helena e Pinheiro. Carapanã deu umas voadas pela cumilança e ficou sabendo que o presidente da filhota é o Deusdedit Carneiro, isso mesmo, o dono do Cartório e amigo do peito de Zé Sarney, para os mais íntimos. Agora tá tudo mais fácil, né "Seu" "deus".



• O filhote saiu ao pai, nem bem nasceu e já quer andar. A UDR prometeu combater tudo que é Sindicato de Trabalhador Rural daquelas bandas. Mas o Movimento dos Sem Terra tá de prontidão, preparou um dossiê sobre a "postura Anti-Cristã da UDR". Contam tudo nos mínimos detalhes, tim-tim por tim-tim, os ataques que ela tem feito contra a Igreja e as comunidades por essa terra de meu Deus. Carapanã assinou.

• Carapanã pensou que no ano novo ia ser diferente, mais tá pior. Assunto tem muito, mais o bichinho vai parando por aqui, de tanto ferroar tá cansado, mas não pensem que está acabando, volto logo, logo pra todo mundo ficar sabendo o que tem por trás das cortinas. E quando abrir o bico não vai ficar ninguém sem aquelas boas ferroadas no... Cala boca Carapanã.



ÚLTIMA HORA

O Distrito de Arame agora é município. No plebiscito realizado este mês, 3.097 eleitores disseram SIM contra apenas 47 que votaram pelo NÃO.



Está tudo pronto para a 2ª Assembléia Provincial, marcada para os dias 02, 03, 04 e 05 de fevereiro, em São Luís, no Centro de Formação de Líderes. As inscrições estão a cargo do Secretariado de Pastoral da Arquidiocese de São Luís. Para Dom Paulo Eduardo Ponte, Arcebispo de São Luís, o tema da assembléia "interessa a todas as dioceses do nosso Estado porque vai tratar de um problema que está afetando negativamente a vida de tantos maranhenses..."

Carajás: desafio à ação pastoral da Igreja no Maranhão

Dom Paulo Ponte

De 2 (à noite) até 5 (à noite) de fevereiro próximo vai realizar-se a 2ª Assembléia Provincial de pastoral de toda a Igreja do Maranhão no Centro de Formação de Líderes.

Na nossa ação pastoral costumamos hoje falar muito de participação e comunhão e de pastoral de conjunto ou orgânica. Pois bem, uma Assembléia Provincial é um instrumento eficaz e privilegiado para promover a pastoral de conjunto em todo o Estado ou Província graças à participação de representantes de todas as dioceses.

Por enquanto o Maranhão e o Piauí ainda formam um só Regional da CNBB, o Nordeste IV. Depois de muitas discussões viu-se que ainda não era viável separar os dois Estados em dois Regionais distintos. Mas sentiu-se a necessidade de dinamizar e integrar mais a pastoral de cada um dos dois Estados que apresentam características bem diferentes. Só as Assembléias Regionais abrangendo os dois Estados não contribuíram muito para isso. Os que participaram da 1ª Assembléia Provincial no ano passado disseram que não queriam mais abrir mão desse tipo de Assembléia, só Provincial. Vamos então realizar com garra a 2ª Assembléia Provincial de Pastoral da Igreja do Maranhão com seus problemas peculiares.

O tema deste ano interessa a todas as dioceses do nosso Estado por que vai tratar de um problema que está afetando negativamente a vida de tantos maranhenses: lavradores, pescadores, operários, índios,

mulheres, jovens, crianças, etc... Trata-se de refletirmos à luz da fé sobre os desafios que a transformação provocada no Maranhão pela execução do Projeto Carajás está lançando à nossa ação pastoral. O enfoque será bem pastoral. A evangelização, que é o objetivo de toda ação pastoral, se dirige a pessoas situadas no seu contexto de vida. Não conseguiremos evangelizar em profundidade o nosso povo se não levamos em conta, na nossa ação evangelizadora, os seus problemas existenciais causados pelas rápidas mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais que trouxeram ao Maranhão os projetos do Governo sobretudo o chamado Carajás.

Como o êxito de um encontro depende sobretudo da sua preparação, aproveito a oportunidade para recomendar aos representantes de cada diocese que se preparem com interesse e seriedade para a sua participação frutífera nessa 2ª Assembléia Provincial. Imploramos as luzes do Espírito Santo e as bênçãos de Maria para que saibamos responder com decisão a esse apelo do Senhor.

+ Dom Paulo Ponte

Arcebispo de São Luís

Veja como vai ser a Assembléia

Estão em andamento os trabalhos de preparação da 2ª Assembléia Provincial do Maranhão. Os objetivos da Assembléia serão os seguintes: a) reunir a Igreja de Cristo que está no Maranhão; b) julgar os mecanismos do Programa Grande Carajás à luz do Projeto de Deus; e c) elaborar uma ação Pastoral de Conjunto que seja resposta aos grandes desafios e mudanças em curso no nosso Estado.

Para chegar a estes objetivos, no primeiro dia da Assembléia, iremos levantar os dados de cada região, ouvir o grito, as preocupações e os anseios das pessoas mais atingidas pelos impactos do Programa Grande Carajás (índios, lavradores,

mulheres, operários e pescadores). Veremos, ainda, a ação pastoral que está sendo desenvolvida onde as mudanças e desafios estão mais presentes.

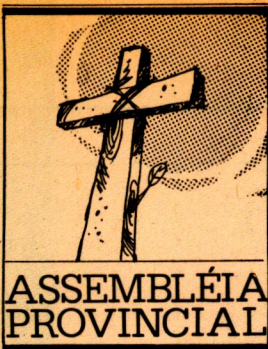
No segundo dia, com a ajuda da assessoria, iremos julgar os mecanismos e a lógica do projeto capitalista "Grande Carajás" à luz da Bíblia, dos documentos da Igreja e do Projeto de Deus. Dedicaremos o terceiro dia para a elaboração das prioridades e diretrizes da ação pastoral da Igreja no Maranhão. No final, sairá um Comunicado ao Povo de Deus. A assessoria da Assembléia Provincial ficará por conta do professor universitário Charles Belier, do Ceará.

Imperatriz define prioridades

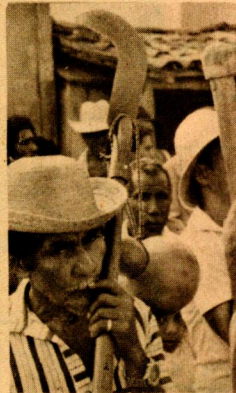
Realizou-se de 4 a 6 de dezembro de 1987 a 1ª Assembléia Diocesana de Imperatriz, com 75 participantes de todas as paróquias e pastorais da Diocese, sob a presidência de Dom Afonso Felipe Gregory, com a coordenação de Pe. Felinto Elísio Neto, para escolher o objetivo geral e assumir as seis dimensões da pastoral do Brasil. O Objetivo Geral para a ação da Igreja em Imperatriz é o seguinte: "Evangelizar o povo rural e urbano da Diocese de Imperatriz, tendo em vista a instalação dos Grandes Projetos, as Migração e o avanço das Seitas. Essa

missão de evangelizar vai se realizar, anunciando a plena verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o Homem, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, pela libertação integral do homem, numa crescente participação e comunhão, visando formar o povo de Deus e participar da construção de uma sociedade justa e fraterna, sinal do Reino Definitivo". A Assembléia assumiu as "Seis Dimensões Pastorais" como quadro de referência da Pastoral Diocesana. "A avaliação da Assembléia foi altamente positiva".





Carajás taí, e agora?



Trabalhadores rurais, operários, pescadores, índios e mulheres. Todos estão sofrendo na pele as consequências da implantação do Programa Grande Carajás. A miséria campeia. A prostituição anda solta. Milhares de famílias enfrentam de forma desqualificada o desenvolvimento capitalista no Estado. As reações são as mais variadas. Num ponto, no entanto, se encontram: é preciso organizar a luta. É o que fica claro nos vários depoimentos recolhidos pela Equipe Sindical da Cáritas, Pastoral, Operária, Conselho Indigenista Missionário, Pastoral da Mulher e Comissão Pastoral dos Pescadores.



Povos Indígenas

Ninguém vive de promessa

Guajajara, Guajá, Urubu Kaapor, Tembé, Gavião e Krikati. São estes os povos indígenas atingidos diretamente pelo Programa Grande Carajás. Até agora, o "Carajás" não trouxe nada de bom para as nações indígenas no Maranhão. Esta é a opinião do cacique Vitorino Kaboiting Guajajara, da Aldeia Tiririca - A.I. Araribóia, que a partir da experiência do seu próprio povo - Guajajara - reflete sobre os impactos da implantação do Programa Carajás:

1) JÁ OUVIU FALAR DE CARAJÁS?

A gente ouviu falar de Carajás de cinco anos pra cá. A FUNAI começou a construir coisas nas aldeias e dizer que era o Carajás que dava o dinheiro para isso. Era para beneficiar o índio, pra ele poder viver melhor.

2) O QUE PENSARAM QUANDO CHEGOU ISSO?

Branco não dá nada de graça. Ele sempre quer alguma coisa de volta do que dá. Dá cachaça mas quer folha de jaborandi. O que será que o Carajás vai querer de nós?

3) COMO VOCÊS VIVIAM ANTES DO CARAJÁS?

Antes nós era abandonados e a gente vivia sofrendo e plantando nossas roças para poder viver. Pra comprar sabão, óleo, sal, açúcar a gente vendia farinha, arroz ou

apanhava jaborandi. Nós não tinha professor e a enfermeira só ficava longe, no posto da FUNAI.

4) O QUE ACONTECEU COM A CHEGADA DO DINHEIRO?

Começou chegar professor, enfermeiro, técnico-agrícola e dinheiro para construir casas, forno, escola e para ajudar na roça. Chegava semente para plantar e farinha para comer. Caminhão e Toyota para viajar.

5) TODO ÍNDIO RECEBIA DINHEIRO?

O dinheiro começou a dar briga entre os próprios índios e com a Funai. Quem era sabido recebia mais. O chefe dava dinheiro pra uns e pouco pra outros. É aí que entrou mais cachaça.

6) E HOJE, COMO ESTÁ NAS ALDEIAS?

Hoje não tem mais professor, não tem mais enfermeiro, caminhão se acabou, não tem Toyota, não tem sementes. Tudo piorou pra nós. FUNAI diz que o dinheiro acabou e não tem recursos.

7) E A SAÚDE DO ÍNDIO COMO ESTÁ?

O índio sofre demais. Tem muito índio doente e com fome. As crianças estão sem estudar. Não vem mais semente para plantar a roça e quando adocece um índio não tem mais transporte.

8) O QUE O ÍNDIO ESTÁ FAZENDO COM ESTA SITUAÇÃO?

O índio está vendendo madeira, apanhando jaborandi no mato e ouviu falar que em outra área tem índio arrendando até terra pra branco plantar.

9) O QUE ENSINOU O CARAJÁS PARA O ÍNDIO?

Carajás acho que não trouxe nada de bom pra gente. Ele acostumou o índio ao dinheiro e hoje ele abandonou as roças. Não sei mais o que vai acontecer se o índio não se organizar e se unir porque eles vão tomar até nossas terras.



Prostituição: o outro lado da moeda chamada grande Carajás

Em 29/12/87 visitamos vinte boites em AÇAILÂNDIA e seis no PIQUIÁ.

As perguntas apresentadas foram as seguintes:

O que o Projeto Carajás trouxe de bom para vocês? Quais as vantagens? Quais as desvantagens?

AÇAILÂNDIA

Mais ou menos quinze meninas responderam o seguinte:

- Achei bom, pois o movimento melhorou bastante, as coisas facilitaram mais.
- Outras duas responderam que não estavam vendo nada de bom, não tinha melhorado nem piorado.
- Outras não tinham nada a dizer pois eram novatas.
- Três "madames" responderam que, para elas, a construção da ferrovia foi bom demais, pois além de ter melhorado o movimento, tinha trazido muitas facilidades para elas viajarem para Marabá e São Luís. As passagens de trem ficaram pela metade do preço de passagem de ônibus. E que também trouxe outras coisas boas não citadas.
- Duas "madames" disseram que o Projeto Carajás só tinha trazido desvantagens para elas, pois além de ter caído muito as vendas, os preços das coisas aumentaram em alta velocidade e que tinha deixado muitos lavradores sem suas terras, as quais eram sua fonte de riqueza. Estas mesmas pessoas tinham sido exploradas pelo desmatamento.
- Uma "madame" falou que o que ela queria mesmo é que o Prefeito de Açailândia tirasse todas as boites do meio das famílias, pois ela achava tudo aquilo um absurdo, inclusive as crianças serem criadas ali naquele ambiente de desrespeito.



PIQUIÁ

- Oito meninas responderam que a ferrovia lhes trouxe muitas alegrias, pois além de ter corrido mais dinheiro, elas tinham conhecido e feito amizade com gente importante. Quanto à desvantagem só existem quando o serviço da ferrovia pára e custa a virem outros trabalhos para os homens.
- Uma "madame" respondeu que para ela tinha grande vantagem, pois antes de começarem a estrada de ferro o vilarejo de Piquiá era morto, não tinha movimento de nada e que ela vivia de casa alugada, e que agora tinha sua própria casa, da qual agradecia muito ao pessoal do Projeto Carajás pois os mesmos a ajudaram bastante e dão muitos lucros na casa.
- Outra madame disse que só depois da vinda dos peões é que o Piquiá alegrou-se mais, pois lugar que não tem homem de firma não presta.

Pastoral da Mulher



Organizando a luta

A Pastoral Operária (PO) visa apoiar o Movimento Operário na sua luta pela justiça social, a partir da visão cristã do mundo. Não é um movimento cristão super-diocesano, mas quer se inserir na Pastoral de Conjunto de cada diocese.

1. A Pastoral Operária de São Luís deu apoio, por conscientização dos próprios trabalhadores e através da participação nas lutas sindicais, a todas as forças que visam uma verdadeira libertação da situação de injustiça dos trabalhadores em geral e dos operários em particular. Neste engajamento, aprendeu a distinguir os grupos que visam claramente isso e os que, pelo contrário, se aproveitam dos movimentos populares e sindicais para alcançar um tipo de poder político partidário com métodos e fins opressivos.

2. A Pastoral Operária tem, ainda, apoiado alguns elementos inseridos no Sindicato dos Metalúrgicos. Junto com a FASE tem assessorado alguns trabalhadores na sua organização e preparado um jornal crítico sobre a situação de exploração da categoria. Em outros momentos, tem apoiado a tentativa, difícilíssima, de introduzir o jornal na ALUMAR, onde o PCdoB domina. Se propõe a levar para a frente o jornal com os seus próprios recursos. O Sindicato dos Metalúrgicos é bastante pelego e dominado pelo PCdoB, que faz da entidade sindical um lugar de sua expansão.

A própria diretoria do Sindicato andou tentando cassar o jornal que denuncia a exploração da categoria.

3. A Pastoral Operária colaborou com a formação de uma chapa "autêntica" para o novo Sindicato dos Ferroviários, que foi assessorada pela FASE e que obteve boa adesão dos trabalhadores da Companhia Vale do Rio Doce. Venceu a chapa da pelegada com o apoio da diretoria da Vale do Rio Doce, que passou toda a campanha ameaçando os trabalhadores. É bom lembrar, que o PCdoB se aliou, neste caso, com a chapa patronal.

4. A diretoria pelega do Sindicato dos Metalúrgicos está tentando impedir o surgimento dum delegacia sindical na região de Imperatriz. Desta forma, continua sem fazer nada em favor dos trabalhadores. A Pastoral Operária já enviou algumas pessoas para aquela área no sentido de tentar formar algum núcleo da PO, que venha a colaborar com a Ação Católica Operária, já presente na região, e tentar estabelecer contatos com a Diocese de Imperatriz com o mesmo objetivo.

É urgente juntar forças e meios para um serviço libertador, no sentido evangélico, isto é, completo, da classe trabalhadora, neste momento de transformação do Maranhão pelo Projeto Grande Carajás.

Pastoral Operária

Sem casa, sem terra...



Depoimento de Antônio, lavrador de Pequiá, no município de Açailândia, sobre o Carajás:

Como é a pergunta, seu moço? Se o tal Carajás mexeu comigo, com minha vida? Se mudou as coisas por aqui? Ah, sim, mudou. E como! Repare bem no meu caso. Vivia sossegado aqui no meu canto mais minha família. Vidinha de pobre, mas com arroz na mesa. Botava minha rocinha todo ano aqui pertinho e ia levando conforme Deus queria. Tinha as queixas de sempre, que a gente aprendeu desde cedo e nunca perdeu o vício, mas perto do que me sucede hoje, aquilo era, como se diz, café pequeno. E não é só comigo, não. Tem muito homem aí, pai de família, que não sabe o que fazer este ano pra conseguir o decimo dos filhos. Ah, se a gente

pudesse voltar atrás no tempo...

Atente, seu moço: já não tem onde trabalhar, onde botar roça. Quem quiser, só a 15 ou 20 léguas daqui, muito longe. E ainda arrisca encontrar lá estes homens grandes de condição, que brocam as matas pra fazer carvão. Tá difícil pro pobre, seu moço. E não tem ninguém pela gente, não.

Estes dias fui na Açailândia. O povo lá fica se espremendo na beira do asfalto, construindo aqueles barracos em cima dumas estacas. Coisa mais esquisita... Dá pra mim, não. Não tá mais dando pra mim de jeito nenhum. Tô pensando de ir embora, pro Goiás, pro Pará, sei lá. Pra longe desse Carajás. Vou caçar minhas melhoras. Tem os meninos pra criar, né, e tô vendo que aqui não tem muito futuro, não. Aqui, não...

Industrialização afasta pescador do litoral

O primeiro grande prejuízo que Programa Grande Carajás trouxe aos pescadores, com a construção da Alumar e da Vale do Rio Doce, foi a expulsão do seu local de moradia e do seu local de trabalho.

As indenizações pagas aos pescadores não foram suficientes para que pudessem retomar a vida em outro lugar. O Sr. Vitor Sousa, 42 anos, quando saiu de Taperuçu, em São Luís, recebeu uma indenização que não deu sequer para comprar uma boa casa na Estiva.

O segundo grande prejuízo, diz seu Trajano, "é o aterro dos canais, croas que tão se formando, tomando os lugares dos peixes nos lugares mais fundos, afastando o peixe da região". O aterro é decorrente da construção do porto da Alumar e do serviço de dragagem, que garante a profundidade do porto e do canal e o tráfego dos navios.

Outro problema é o desmatamento que está havendo próximo às cabeceiras dos rios. No período do inverno, o encharco da água leva o barro, que se deposita nas cabeceiras dos rios, provocando o

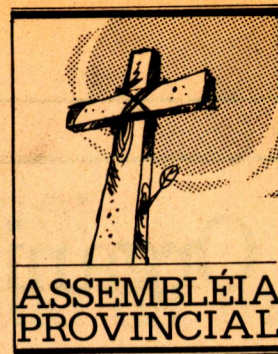
aterro e a destruição dos mangues.

De todos os problemas, para os pescadores o mais grave, é o desaparecimento do peixe, camarão e carangueijo. Segundo os pescadores de Jacamim, desde que começou a construção da Alumar diminuiu a produção do camarão. Seu Zé Preto, 62 anos, pescador da Estiva, diz que o peixe diminuiu muito: "antes eu tarrafiava da ponte da Estiva até próximo da ponte da ferrovia Carajás, pegava logo 10 quilo de peixe, hoje se passa a noite toda pra pegar meio quilo".

Marcos Pereira, presidente da Colônia de Pescador Z-10, enfatiza que o peixe ficou mais escasso nas regiões também porque há sempre vestígios de poluição e movimentos de embarcações motorizadas de grandes proporções.

Outra queixa dos pescadores é sobre a lavagem dos porões dos navios, que polui a área. Lembram o vazamento de óleo provocado pelo navio coreano encalhado na Baía de São Marcos. Tudo isso provoca poluição e afasta os peixes e os camarões, dificultando a sua vida.





Programa Carajás

Mais cinco projetos serão implantados no Maranhão

Outro projeto aprovado, muito polêmico, é o da Agropecuária Ceres S.A. (CIMCOP), no município de Turiaçu, próximo de Santa Helena. Teve o voto favorável do Ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho, mesmo sendo uma área de conflito. Essa empresa já despejou mais de 300 famílias que lá viviam e trabalhavam em uma área de 17.500 hectares. Lá já foram mortos vários lavradores. A Agropecuária Ceres tem o apoio da família Sarney. É de um grupo mineiro e o secretário particular do Presidente Sarney, Jorge Murad, já foi acionista dela. Só deixou para despistar que não mais apoiava.

Somente em 1986, depois de muita luta, sangue e denúncia, é que foi assinado o decreto de desapropriação de apenas 7.600 hectares. Não agradou os lavradores. Mas a Ceres quer mais: está pressionando o MIRAD para ficar com mais 3.600 hectares e os lavradores ficarem com 4.000 hectares. O Sindicato de Turiaçu encaminhou protesto de 232 trabalhadores rurais ao então Ministro Marcos Freire do MIRAD. Por conta disso, Marcos Freire vinha impedindo a aprovação desse projeto da Ceres. Mas agora, com Jader Barbalho, não só foi aprovado o projeto agropecuária, como deverá ganhar mais 3.600 hectares. Só que o MIRAD, o CARAJÁS e a CERES pensam que os trabalhadores vão aceitar mais essa anti-reforma agrária do Governo Sarney. Haverá muita luta...



No dia 16 de dezembro de 1988, o Programa Grande Carajás, aprovou mais cinco projetos agropecuários e industriais para o Maranhão: dois de ferro-gusa (Açailândia e Santa Inês), um para produção de enxofre e carbonato de cálcio (Codó), um de energização rural (Polo Santa Inês) e um agropecuário (Turiaçu).

As duas usinas de ferro-gusa pretendem produzir 434 mil toneladas por ano. A Usina ITAMINAS (Açailândia) diz que vai gerar oito mil empregos diretos e indiretos (na usina e na produção de carvão). A Usina SIDERÚRGICA SANTA INÊS (Santa Inês) deverá gerar 477 empregos diretos (só na usina), fora os empregos na produção de carvão.

Essas usinas de ferro-gusa são consideradas altamente poluidoras do meio ambiente: lançam seus detritos no rio e as fuligens no ar, além de fomentarem o desmatamento da região para produção de carvão, o que levará os lavradores a perder suas terras, transformando-se em peão, boia-fria ou em carvoeiro. Com essas duas, já devem chegar a uma dezena de usina de ferro-gusa que estão sendo instaladas em Açailândia, Santa Inês e Santa Luzia, fora outras que estão com seus projetos em estudo na Secretaria Executiva do programa Grande Carajás.

OS NOVOS PROJETOS

Município	Empresa	Espécie de Projeto	Produção	Geração de Emprego
AÇAILÂNDIA	ITAMINAS SIDERÚRGICA CARAJÁS LTDA	Usina de Ferro-Gusa	350 mil toneladas p/ ano	8.000 empregos (diretos e indiretos)*
SANTA INÊS	EMPRESA SIDERÚRGICA SANTA INÊS LTDA.	Usina de Ferro-Gusa	84 mil toneladas p/ ano	477 empregos (diretos)
CODÓ	NATRON, CONSULTORIA E PROJETOS S.A.	Usina de Demonstração Tecnológica para a Produção de Enxofre e Carbonato de Cálcio	9.470 toneladas de enxofre 30.000 toneladas de carbonato de enxofre	
SANTA INÊS	ESTADO DO MARANHÃO (CEMAR)	Energização Rural do Pólo de Santa Inês		
TURIAÇU	COMPANHIA MINEIRA DE CONST. E PAVIMENTAÇÃO (CIMCOP) AGROPECUÁRIA CERES S.A.	Empreendimento Agropecuário		

violência

"Onde vai terminar tudo isto?" Esta é a pergunta que os moradores do povoado Ludovico, município de Bacabal, lançam às autoridades. Nós últimos três meses, os trabalhadores rurais daquele povoado têm sofrido todo tipo de perseguição por parte do fazendeiro Coitinho. Por último, o povoado está isolado. São os próprios moradores do local que contam a história das perseguições:

Bacabal

Terror e violência



Onde vai terminar isto?

"O conflito no povoado Ludovico, município de Bacabal, está perigoso e ninguém pode avaliar qual será o fim. Mas como começou tudo isto?"

Iniciou com a entrada violenta do fazendeiro Coitinho, disposto a devastar o palmeiral, numa ação-relâmpago. Em duas horas já havia derrubado oito linhas de palmeira.

A resposta do povo foi motivada pelo juramento público do fazendeiro que falou: "Nem Deus me empata de acabar com a novena na igreja".

A ira do povo foi crescendo aos poucos com as graves ofensas contra o senso religioso, com humilhações e apertos, com tiroteios contra o povoado, com muitas arbitrariedades contra pacíficos viajantes na estrada, com ofensas morais contra mulheres e crianças, com os caminhos tomados e as roças impedidas. Contra tudo isto o povo se defendeu da maneira que podia.

O fazendeiro encheu a fazenda de pistoleiros e diz que é para defesa da propriedade. Mas teve muitas emboscadas fora da propriedade:

1. Invasão na casa do Francisco Beira, morador na Mata do Uru-

bú-Rei em meados de outubro.

2. Investidas contínuas contra a casa do Sr. Nonato, igualmente morador da Mata do Urubú-Rei.

3. Ataque no Bertulino no dia 21 de novembro, que foi assim: 15 pistoleiros, usando a caçamba da fazenda do Sr. Coitinho, atacaram a casa do Sr. Manoel Joaquim às 1 h da madrugada. Invadiram a casa pela frente e por trás, deram muitos tiros e na confusão do escuro mataram um companheiro deles. Levaram como refém um rapaz de menor, filho do Sr. Manoel Joaquim, o qual foi retido na fazenda até a tarde do outro dia.

4. Ataques constantes contra o povoado do Ludovico, que transcorriam no seguinte esquema: dois pistoleiros iam pela estrada, atirando, insultando o povo de uma distância de 250 metros, enquanto dois grupos de três tentavam penetrar pelo mato. O último destes ataques foi dia 3, domingo, na hora do culto dominical. O povo respondeu a estes ataques, o que resultou na morte de um pistoleiro.

5. Na noite do mesmo dia houve outro ataque dos pistoleiros

contra o povoado. Teve um tiroteio prolongado.

6. Dia 9 de janeiro foi baleado o Sr. José Maria, morador de Morada Nova, qua ia no rumo do Ludovico.

7. Dia 9 de janeiro a casa do Sr. Francisco Beira foi atacada por oito pistoleiros que primeiramente miraram os filhos de menor que estavam trabalhando na roça. Depois invadiram a casa, reviraram a roupa em busca de documentos e disseram: "Desocupem a casa que amanhã vamos botar fogo".

Mostraram uma faca e disseram: "Esta é para cortar a cabeça do seu pai para o Coitinho ver a cara dele". Botaram arma numa filha de 16 anos forçando-a para dizer onde estava o pai. Humilharam a mãe de 70 anos, que é cega e encostaram arma nela. Ameaçaram de entrar no Centrinho do Acrísio.

8. Outro ataque no Bertulino deuse no dia 10 de janeiro pela 10 hs.

Os homens estavam reunidos depois da celebração do culto, esperando a hora do almoço, quando chegou um grupo de oito pistoleiros, que logo começou a atirar. Todos os moradores conseguiram fugir, mas no tiroteio foi atingido um rapaz de 15 anos: a bala agravou o rosto e passou pela orelha. A situação é grave porque a insegurança não permite informações imediatas.

9. Na estrada não passa ninguém. Um carro de um fazendeiro foi barrado e o carro do coco foi voltado para trás. Não tem nenhuma segurança para os moradores na estrada.

Onde vai terminar tudo isto? Quem vai tomar providências?"

NOTA

Mais de 300 posseiros estão reivindicando ao governador Epitácio Cafeteira a desapropriação de uma parte da Fazenda Comasa, no município de Cândido Mendes. Estes lavradores moram e trabalham na área de um a seis anos. O documento está assinado por 337 posseiros, que contam com o apoio do Sindicato.

UDR ameaça Pe. Ladislau

Também no Estado do Piauí, a UDR não deixa de fazer das suas. Por último, anda movendo uma campanha contra o vigário de Esperantina, Padre Ladislau João da Silva. Em nota publicada no jornal "O Estado", a UDR acusa o Padre Ladislau de estar "insuflando os trabalhadores rurais à desordem e o desentendimento com os proprietários rurais e fazendeiros" do município de Esperantina.

Para as comunidades, em nota oficial, "é natural e não causa admiração, que um grupo de privilegiados interprete a luta pela vida e pelo direitos de todos, como crime e desordem".

E acrescentam: "O trabalho desenvolvido e a opção assumida não é só de uma pessoa, mas de todos aqueles que procuram a verdadeira libertação". Por isso, "quem atinge Padre Ladislau, atinge toda a comunidade".

Polícia despeja 23 famílias em Santa Luzia

"A polícia do povo não baterá no povo". Cada dia que passa, o Governo do Estado joga mais uma pá de areia nesta promessa eleitoral. Na noite de 5 para 6 de janeiro, 23 policiais militares de Pindaré-Mirim e dois de Santa Luzia, acompanhados de um oficial de Justiça, despejaram violentamente 23 famílias do KM 100 - Fazenda Monte Alveni, suposta propriedade de Alzenir Castro Lopes.

Os policiais destruíram 20 moradias, destruíram as plantações e mataram os animais que encontraram pela frente. A maioria das famílias moram e trabalham naquela área há mais de oito anos, portanto com uma série de direitos adquiridos. Apenas três famílias se encontram no local há três meses. A ordem de despejo foi dada pelo Juiz Dr. Florismar Almeida, da Comarca de Santa Luzia.

A suposta propriedade tem seis quilômetros de frente por 18 de fundo. As famílias, agora, estão abrigadas no Salão Paroquial da Igreja em Santa Luzia e num galpão cedido por um vereador. Até o momento, segundo as últimas informações do local, o MIRAD não tomou nenhuma providência no sentido de resguardar os direitos dos posseiros, que há muito tempo sofrem as investidas do grileiro Alzenir.



TIRA TEIMA

Eleições diretas

Chegou a 317 o número de adesões à emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB - PR), que fixa em cinco anos o mandato do presidente José Sarney. Ele é o resultado do trabalho suprapartidário do Centrão. As assinaturas obtidas garantem à emenda a preferência de votação, em plenário, sobre as demais emendas referentes ao mandato de Sarney, por terem ultrapassado 280 adesões (50% mais um dos 559 constituintes). Mesmo assim, O PT, PDT, PCdoB e outros insistirão nas diretas já.

1.761 emendas

Foram apresentadas mais de 1760 emendas ao projeto, de Constituição. O prazo para a apresentação das emendas deveria ter sido encerrado às 19 horas do dia 13 de janeiro, mas a pedido do Centrão, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso Constituinte, adiou para até as 24 horas. O principal beneficiado, com isso, foi o próprio Centrão. Se fosse cumprido o primeiro prazo, não teria tido condições de apresentar e protocolar as suas propostas.

Dia de Advertência

Recomeçará a pressão popular pelos direitos dos trabalhadores na Constituição. Convocado pelo Plenário Nacional de Entidades Sindicais, Populares e Democrática, acontecerá no dia 04 de março o DIA NACIONAL DE ADVERTÊNCIA. Nesta data, haverá manifestações em várias capitais do País contra o mandato de cinco anos. A CUT e a CGT já estão preparando para este dia uma manifestação em Brasília. Cabe aos movimentos fazerem o mesmo em suas cidades no Estado.

Penitência

Surpreso com o apoio da maioria da bancada do PMDB (160 do total de 301) à emenda pró-cinco anos do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), o senador Fernando Henrique Cardoso não poupou críticas ao seu próprio partido: "Nossa responsabilidade é grande, foi o PMDB quem deu maioria ao Centrão. Cabe ao PMDB corrigir isso, se quiser ter vergonha na cara para andar na rua". A gente espera que isto aconteça.

Candidatura do PT

No seu Encontro Nacional, realizado em Brasília, o Partido dos Trabalhadores, por unanimidade, lançou a candidatura do deputado Luís Inácio Lula da Silva à presidente da República. Lula foi o presidente do PT até 1987 e é o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo (SP).

constituente

A hora é de pressão popular!

Estamos na reta final dos trabalhos no Congresso Nacional Constituinte. No dia 27 de janeiro, os deputados e senadores começaram a votar o projeto definitivo da nova Constituição do Brasil. O Governo Sarney, a União dos Empresários Brasileiros e a União Democrática Ruralista estão prontos para abocanhar as pequenas conquistas dos trabalhadores obtidas até ago-

ra. Chegaram a mudar o Regimento Interno da Constituinte para poderem fazer isto com mais facilidade e tranquilidade, contra a vontade popular.

Depois de tantos esforços, não podemos logo agora cruzar os braços. No dia 23 de janeiro, reuniram-se em São Luís dezenas de entidades sindicais, populares e democráticas com o intuito de lutar

até o fim pelos direitos dos trabalhadores na Constituição. Para as entidades deve-se fazer "uma pressão organizada sobre o Congresso Constituinte através de visitas aos deputados e senadores de cada estado, caravanas a Brasília, colocação de painéis denunciando publicamente os parlamentares que estão votando contra o povo".

Os direitos dos trabalhadores.

Os direitos dos trabalhadores são os mais visados pelo Centrão

Brasília (AGEN) - Os aspectos mais visados pelo "Centrão", em sua tentativa de modificar o regimento interno do Congresso Constituinte, são os direitos trabalhistas alcançados pelas forças progressistas no âmbito das Comissões de Sistematização. De fato, segundo o jornal "O Estado de São Paulo", dos 14 pontos aprovados pela Sistematização, e que o "Centrão" espera derrubar em plenário, dez são relativos a direitos trabalhistas, como a semi-estabilidade no emprego, pagamento das horas-extras em dobro, licença remunerada de 120 dias para a gestante, entre outros.

A mobilização das forças conservadoras reunidas no "Centrão" tem sido acompanhada de perto pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), que coordena as articulações favoráveis aos direitos dos trabalhadores no Congresso Nacional. Em entrevista à AGEN o diretor técnico do DIAP, Ulisses Riedel, afirma que dois fatores dificultam a ação dos segmentos conservadores, na busca por revogar os direitos trabalhistas obtidos a nível da Comissão de Sistematização.

O primeiro desses fatores diz respeito aos interesses eleitorais dos próprios constituintes conservadores, muito deles candidatos a prefeito em 1988 ou a governador em 1990, se mantido o atual calendário eleitoral. "Num período democrático, o político não se elege tomando posições contrárias ao

povo", confia Riedel, para quem o Congresso Constituinte é a grande oportunidade para o saneamento da dívida social que privilegia pequenos grupos em detrimento da maioria da população brasileira. "O constituinte sabe que está sendo vigiado, e tudo o que fizer contra o povo pode voltar-se contra ele mesmo", observa o diretor-técnico do DIAP, que faz um trabalho de divulgação do comportamento dos constituintes junto às bases

trabalhistas em todo país.

CLIENTELISMO

Ulisses Riedel exemplifica a sua tese, de que mesmo os constituintes de extração conservadora não podem se esquecer dos compromissos com seus eleitores, com os casos de algumas emendas que beneficiam o trabalhador, aprovadas na Sistematização, que tiveram o apoio até dessa categoria de parlamentar. A emenda da deputada Irma Passoni (PT - SP), que estabelece a licença remunerada de 120 dias para as gestantes, por exemplo, foi aprovada na Sistematização, com o voto favorável de 12 membros do PFL, partido que, segundo levantamento do DIAP, tem sido a agremiação que mais sistematicamente tem votado contra os direitos do trabalhador. Do mesmo modo, outra emenda aprovada na Sistematização, estabelecendo que o trabalhadores avulsos terão os mesmos direitos que os trabalhadores com vínculo empregatício, é de autoria do deputado Antonio Carlos Konder Reis (PDS - SC), habitualmente classificado entre os constituintes conservadores.

O segundo elemento destacado pelo diretor-técnico do DIAP, que dificulta a ação do bloco conservador agrupado no "Centrão", é o fato de que muitos de seus membros têm interesse heterogêneos e que por motivos diversos apóiam a proposta de alteração do regimento interno do Congresso Constituinte, como forma de introduzir modificações ao que foi aprovada pela Comissão de Sistematização.

Ainda assim, Riedel admite que a manutenção do clientelismo em muitas regiões do país, pelo qual inúmeros parlamentares são eleitos às custas da situação de miséria e ignorância do povo, é um fator determinante para que a nova Constituição não tenha o matiz moderno reivindicado pela maioria da opinião pública.



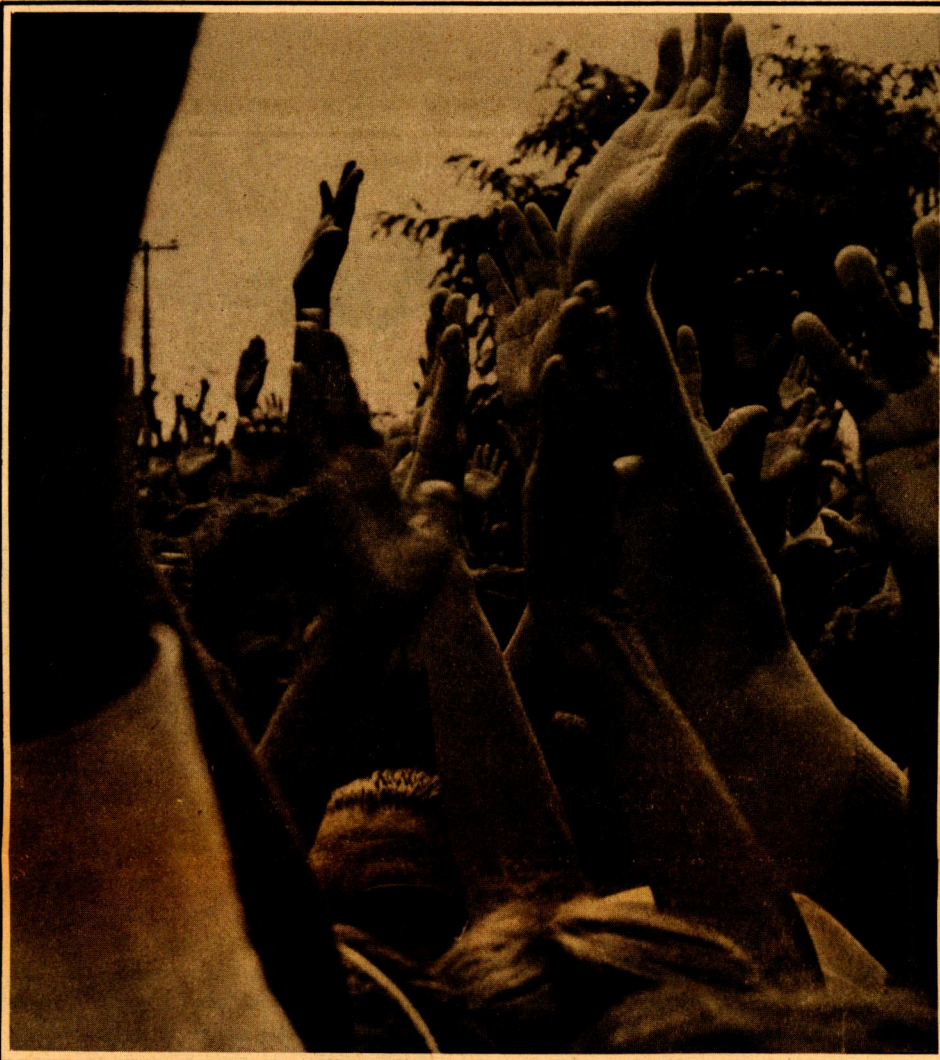


A eleição será democrática?

Este ano, a eleição sindical mais importante para os lavradores será, sem dúvida nenhuma, a eleição da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA). Até agora as eleições para a FETAEMA têm ocorrido num restrito colégio eleitoral. É desta forma que determina a legislação sindical em vigor, feita pelas classes dominantes para afastar o trabalhador de decisões como esta. Mas isto pode mudar, se for cumprido a risca a decisão do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, que aconteceu entre os dias 25 e 30 de maio de 1985, em Brasília (DF).

Segundo o que foi decidido no Congresso, as eleições para as federações devem ser realizadas em congresso, a exemplo do que aconteceu na última eleição da diretoria da CONTAG. Neste caso teriam direito a voto "os três diretores efetivos de cada sindicato da categoria no Estado e mais delegados votantes eleitos em assembléia do sindicato, especialmente convocada para esse fim, em número de um delegado votante para cada mil sócios quites ou fração por sindicato, observando-se o limite de dez delegados por sindicato". Esta forma democratiza e amplia a participação no processo eleitoral.

Esta decisão foi tomada pelos 4.800 participantes no Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais porque "o sistema de eleição em congresso se apresenta mais participativo que o de eleições em colégio eleitoral ampliado, pois precedido de ampla discussão nas bases, em reuniões sindicais, encontros estaduais, definindo programas e idéias para as federações". E justificaram mais ainda esta decisão:



"A democratização das eleições de federações e confederações requer uma participação maior da classe no processo de escolha dos dirigentes destas entidades". É isto aí.

O Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais foi mais além: "as eleições convocadas para um período de tempo pré-determinado e ininterrupto farão parte de um processo que envolve: 1) avaliação das atividades da federação duran-

te a gestão que se encerra; 2) definição de uma programação para a gestão seguinte e 3) eleição, propriamente dita, da diretoria da federação". No dia 26 de outubro de 1988 encerra o mandato da atual diretoria da FETAEMA. Até agora nada se sabe como serão as eleições. É preciso que seja respeitado e encaminhado a decisão dos trabalhadores rurais.

Icatú: a colônia é pra lutar!

Há 15 anos, a diretoria da Colônia de Pescadores de Icatú vem sendo imposta pela Federação. Nos últimos anos, o controle esteve nas mãos do pelego Eudes Castro, que nem pescador é. Como no dia 26 de dezembro terminou o mandato do Eudes e diante de tantas irregularidades, os pescadores do município solicitaram por escrito, conforme reza o Estatuto, a realização de uma assembléia no dia 06 de dezembro para que a diretoria prestasse conta e definisse com a assembléia a preparação das futuras eleições. A assembléia aconteceu na data marcada, mas o presidente não deu as caras.

Na assembléia, os pescadores de vários povoados tomaram três decisões: "a) eleger uma comissão de dois pescadores para fiscalizar as contas dos últimos dois anos da Colônia; b) eleger uma Junta Governativa, formada por Vavá, Piti-caia, Valmir e Celedônio, para regularizar a situação da Colônia e fazer as eleições no prazo de seis meses; e c) anular a convocação das eleições irregulares feita por Eudes para o dia 17 de janeiro, período em que ele não seria mais presidente da entidade. O presidente, que só apareceu depois que já havia terminado a assembléia, se negou a aceitar a decisão tomada.

No dia 27 de dezembro, dezenas de pescadores do todo o município participaram da posse da Junta Governativa. Os empossados, embora não tendo acesso à documentação e aos bens da entidade, se comprometeram em fazer tudo para transformar a Colônia em um instrumento de luta da categoria. Agora, os pescadores vão lutar na Justiça Federal para anular de uma vez por todas as safadezas da ex-diretoria e da Federação, a fim de garantir os seus direitos. A Federação, para ajudar a diretoria pelega, prorrogou legalmente o mandato de Eudes até o dia 17 de janeiro. Vai ter muita luta pela frente.

CHUMBO GROSSO

Eleições/88

A oposição sindical finalmente conseguiu firmar um acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória do Mearim, Miguel Teixeira da Silva. Com este acordo, que foi aprovado numa assembléia de base realizada entre 17 e 20 de dezembro, o grupo "Nossa Luta", de oposição sindical, o presidente do Sindicato e o delegado sindical de São Vicente, João de Deus, se comprometeram em lançar uma única chapa nas eleições sindicais, que acontecerão este ano. Roberto Moreira Lima será o candidato à presidente pela chapa de unidade. Francisco da Silva do Nascimento e João de Deus Costa também participarão da executiva na qualidade de secretário e tesoureiro.

Denúncia (1)

Mais de 300 trabalhadores do município de Gonçalves Dias, através de farta documentação, estão denunciando a corrupção e a fraude comandada pelo Sr. Francisco José Oliveira, mais conhecido como Praxedes, no sindicato da categoria. As denúncias vão desde a apropriação indevida de bens e recursos da entidade até a manipulação dos resultados eleitorais, com o pleno conhecimento do Delegado Regional do Trabalho. No final do documento, os lavradores exigem: "expulsão da atual diretoria do Sindicato; moralização da Delegacia Regional do Trabalho e novas eleições no sindicato, honestas e com a participação de todos os trabalhadores e em dias.

Denúncia (2)

O Delegado Regional do Trabalho, Dr. Vicente Ferrer Monteiro, vestiu, de uma vez por todas, a camisa de advogado da pelegada de Imperatriz. Além de não querer reconhecer as eleições sindicais realizadas no final do ano passado, o delegado passou a fazer diversas manobras em apoio aos interesses do grupo comandado pelo ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Nilson Alves Almeida. Para resguardar a luta dos lavradores, a atual diretoria do Sindicato entrará na Justiça com um Mandato contra o Delegado do Trabalho. E interpelará na Justiça Valentim da Silva e Francisco Assunção - pessoas nomeadas pelo Delegado para comporem uma Junta Governativa, que nunca assumiu - para comprovarem a aplicação dos recursos retirados da conta bancária. É preciso dar um basta às manobras da DRT.



Bacabal

Direito à moradia!

Expulsos de suas terras no campo, as famílias procuraram um pedaço de chão para fazer suas casas na cidade. Mesmo assim não tiveram sossego.

Os ricos não deixam mesmo os pobres em paz. Em dezembro, dezenas de famílias foram desalojadas do Parque de Exposição de Bacabal. As autoridades e os agropecuaristas preferiam ver boi no pasto que gente morando numa tapeira. Sem ter para onde ir, as famílias ocuparam os terrenos da Vila Coelho Dias. Outras famílias sem casa seguiram o mesmo exemplo. Começa aí uma história de luta e sofrimento, que passa a ser contada pela comissão das famílias:

O QUE FIZEMOS?

"Marcamos um lote e com muita dificuldade construímos barracos de palha:

Dia 12, às 20 horas, a polícia nos avisa de que não podíamos ficar na área. No dia seguinte, formamos uma comissão e fomos falar com a Prefeita, que nos disse a mesma coisa. Pedimos um prazo de oito dias para procurarmos um outro local e ela nos negou, apesar de contarmos a situação das crianças, mulheres doentes, mulher operada, etc... A prefeita nos ofereceu passagem ou carro para nós mudarmos; mas mudar para onde? Se ela mesma não nos deu nenhuma solução?

Resolvemos procurar o Deputado Bete Lago, porque queríamos ir a S. Luís falar com o Governador.

O deputado pediu para voltarmos no dia seguinte. Ao chegarmos em sua casa, ele nos acompanhou até a Delegacia de Polícia e pediu para que eles não nos perturbasse. O Capitão falou que não iam mais fazer isso. No dia 24, a prefeita anunciou que iria conversar conosco. Esperamos o dia todo e ela não apareceu".

COMO AS COISAS SE COMPLICARAM?

"Dia 25, 04 horas da manhã, estávamos todos dormindo, quando ouvimos gritos de acorda... "acorda". Eram 45 policiais e cinco civis, que chegaram para nos tirar da área, derrubando os barracos, derramando panela que tinha comida, desarmando rede, bateram num garoto de menor; mulheres davam agonia, as crianças assustadas choravam e como saldo, tudo destruído e cinco pessoas hospitalizadas. Ficamos ao relento, debaixo do sol, sem comida e sem ter para onde ir. O desespero era geral".

O QUE RESOLVEMOS?

"Fizemos, então uma passeata para mostrar ao povo a nossa situação. Dia 06, soubemos da presença do Vice-Governador na cidade. Uma comissão foi procurá-lo

para que ele desse alguma solução. Ao meio-dia chega o Dr. João Alberto e diz que não podíamos ficar no terreno porque já existe um projeto de ocupação pelas famílias da Trisidela, mas que o Governo do Estado procuraria uma outra área para nós morarmos e que fosse feito um levantamento do número de famílias. Perguntamos ao Dr. João Alberto o tempo em que isto seria resolvido. Ele deu um prazo de 15 dias. Resolvemos também fazer uma concentração em frente do Armazém Paraíba para mostrar ao público que o nosso movimento é sério e que não somos marginais".

QUAIS AS CAUSAS DE TUDO ISSO?

"A alta do custo de vida; e desemprego; a alta exagerada dos aluguéis; o descaso das autoridades para com a população mais pobre, que precisa das coisas mais elementares: Enfim, existe toda uma política que só beneficia os ricos".

O QUE APRENDEMOS?

"Que temos que nos unir para podermos ser fortes; Que essa união nos dará a vitória".

Amigos, esta é a verdade dos fatos. Pedimos a todos que lerem a nossa história, nos ajude e nos dê seu apoio. Continuamos sem casa, dormindo nas casas de alguns companheiros, que apesar de pobres e do aperto, estão dividindo sua casa conosco".

São Luís

Campanha pela legalização dos terrenos do Bacanga

O Conselho Popular do Itaqui-Bacanga (Copaiba) entrou de cheio na luta pela legalização dos terrenos da área do Itaqui-Bacanga, em São Luís. Só nesta área, moram mais de 80 mil pessoas. São dezenas de bairros populares. O maior é o Anjo da Guarda. Toda aquela banda do município de São Luís começou a ser ocupada há uns quinze anos. Cresceu o número de moradores com a chegada da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e da ALUMAR.

Embora milhares de famílias estejam lá há mais de dez anos, não possuem o título da terra. Isto as tornam uma presa fácil da especulação imobiliária e das empresas. Quando a Vale do Rio Doce chegou, por exemplo, milhares de famílias perderam as suas casas. Receberam uma indenização tão pequena que não serviu pra nada. Na última campanha eleitoral, tudo quando é político prometeu a legalização dos terrenos. Só que até agora nada aconteceu.

O Conselho Popular, que reúne todos os movimentos populares dos diversos bairros da área, lançou, por isso, a campanha pela legalização dos terrenos. Como ponto de partida foi realizado um ato público. Uma série de documentos já foi encaminhado aos órgãos públicos competentes. Espera-se uma resposta. No entanto, o pessoal do Conselho está sabendo que sem pressão popular não vai sair a legalização. Tem muito interesse em jogo.

Santa Rita

Água e luz

Continua a todo vapor a campanha pela melhoria dos serviços públicos de água e luz em Santa Rita. O ponta-pé inicial foi dado em dezembro, com o ato público organizado pelas comunidades da rua do Sol, Rendenção, Alto de Fátima e Vila Fé em Deus, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Animação dos Cristãos no Meio Rural, Igreja Cristã Evangélica e o Partido dos Trabalhadores (PT). Participaram da manifestação pública mais de 350 pessoas.

O ato começou com uma concentração na rua Raimunda Pires Torres. Falaram diversas lideranças comunitárias, sindicais e do PT. Denunciaram a falta de luz e água e o descaso das autoridades. Após o ato, houve uma passeata pelas principais ruas da cidade. Na Câmara Municipal, apenas três vereadores se encontravam. Foi entregue um documento contendo as reivindicações.

OUÇA A RÁDIO
EDUCADORA